

ARQUITETURA Como poucas realizações do programa modernista, a cidade veio preencher uma expectativa dissipada no momento de sua realização

Sobre a impossibilidade de (pensar) Brasília

ADRIÁN GORELIK

(Este artigo se originou da apresentação do autor no Seminário “Brasília: imagem, imaginário”, Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 27 de maio de 2010.)

1. Tiro a ideia de “experiência limite” do artigo de Carlos Martins “Hay algo de irracional... Apuntes sobre la historiografía de la arquitectura brasileña”, *Block 4*, Buenos Aires: UDDT, dezembro de 1999.

Ilustrações a partir dos padrões de mosaicos criados por Athos Bulcão (1918–2008), uma das mais fortes identidades visuais de Brasília © Fundação Athos Bulcão

Não há dúvida de que Brasília foi uma experiência limite para a arquitetura brasileira e para o pensamento urbano internacional.¹ Experiência limite em sentido literal – ponto culminante do ciclo áureo da arquitetura moderna brasileira como “estilo nacional” internacionalmente consagrado – e em sentido figurado, por sua capacidade de levar ao extremo as possibilidades do pensável para a cultura urbana do século 20. Mas também experiência limite porque se situa na fronteira de uma época: como poucas realizações do programa modernista no mundo, Brasília veio preencher uma longa série de expectativas que se dissiparam – revertendo em apreciações contrárias – no próprio momento de sua realização. Brasília foi o sonho que se tornou pesadelo, mas não porque entre o projeto e a construção se tivesse liberado uma vontade fáustica que – como na célebre metáfora de Marx – já não foi capaz de dominar as potências que havia desencadeado. Neste caso, o caráter monstruoso – isto é, contrário à ordem da natureza – que o pensamento urbano descobriu na cidade recém-construída não foi o produto dos sonhos da razão, mas o do desajuste: a mesma

2. Ver A. Gorelik, "Tentativas de comprender una ciudad moderna", *Block 4*, Buenos Aires: UDT, dezembro de 1999, artigo do qual derivou o capítulo sobre Brasília de meu livro *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina*, Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

transparência meridiana com que a nova capital havia sido concebida como resposta inteligível a um problema dado transformou-a de imediato em um hieróglifo opaco.

Nesta apresentação, eu gostaria de voltar a uma das questões derivadas desse desajuste temporal entre Brasília e o pensamento urbano, que me preocuparam desde minhas primeiras abordagens da história dessa cidade.² Com a dupla impossibilidade assinalada já no título – impossibilidade de Brasília, impossibilidade de pensar Brasília –, desejo voltar a enfatizar a necessidade de desnaturalizar as condições excepcionais de sua realização, produto de uma encruzilhada particularíssima e fortuita de eventos que se obturou quase no mesmo momento em que era alcançada. E, especialmente, voltar a problematizar o peculiar lugar de Brasília no pensamento urbano das décadas que se seguiram a sua construção. Na verdade, aqui vou concentrar-me exclusivamente no segundo aspecto (embora pressupondo o estreito vínculo entre ambos, já que o juízo sobre a impossibilidade de pensar Brasília varia se partirmos do fato de que se tratava de pensar uma cidade impossível), com o que voltarei a um tema – a fortuna da arquitetura brasileira na crítica internacional – que nos últimos anos teve uma série de abordagens muito produtivas. Contudo, se a celebração, as críticas e a crise no momento de apogeu da arquitetura brasileira já fazem parte da narrativa historiográfica, creio que ainda é necessário continuar interrogando o silêncio posterior a Brasília, as razões de uma derrocada tão estrepitosa. E creio, inclusive, que a partir da evidência desse silêncio também é possível dar uma interpretação diferente àquelas críticas e àquela crise (ao menos esse é o terreno em que eu gostaria que este texto desse sua contribuição).

Aqui, vou partir daquelas críticas contemporâneas para estabelecer as conjunturas em que Brasília foi pensada, procurando entender o longo ciclo de sua recepção. A hipótese mais geral que organiza este percurso é bastante simples: sustenta que Brasília surgiu no mesmo momento em que se produzia um duplo deslocamento no pensamento sobre a cidade e sobre a arquitetura – duplo e diverso na Europa e na América Latina, e também duplo e diverso no pensamento arquitetônico e no urbano –, e por essa razão permaneceu como um ponto cego para quase todas as correntes de reflexão arquitetônica ou urbana até os anos

1980. Finalmente, faz-se um exame muito sumário do surgimento, nessa década, de uma nova etapa de pensamento crítico e de uma nova historiografia, que correm o risco de ficar amortecidos ante a abertura mais recente de um novo ciclo de reivindicação modernista, no qual os aniversários tão próximos dos 100 anos de Niemeyer e dos 50 de Brasília produziram (ou confluíram com) uma nova revisão condescendente do modernismo que parece mesclar a curiosidade do colecionador com um retorno *naïf* à ideologia.

BRASÍLIA E OS DILEMAS DO MODERNISMO

A maciça evidência em relação às dificuldades de pensar Brasília entre o início da década de 1960 e meados da de 1980 outorga às críticas contemporâneas à sua realização, no limite mesmo daquela ruptura epocal que se abria aos seus pés, uma lucidez e uma agudeza que corremos o risco de perder, se nos detivermos exclusivamente na animosidade ou nas incompreensões de tais pareceres. É por isso, seguramente, que nos últimos tempos está surgindo uma série de trabalhos que enfocam o momento da crise e o ocaso dessa arquitetura moderna brasileira, o período que vai desde a primeira onda de críticas impulsionada por Max Bill em 1953 e o célebre “Report on Brazil”, de *The Architectural Review*, um ano depois, até os debates sobre a construção de Brasília.³ E é importante avançar ainda mais na compreensão desse ciclo de críticas dentro do âmbito maior dos dilemas da modernidade em todo o mundo, e não só como uma questão circunscrita a um capítulo do cruzamento de olhares entre centro e periferia. Não porque o Brasil tivesse deixado de ser um país periférico que era observado com aquela mistura de ingenuidade e condescendência na qual costumam cair os observadores “centrais” mais avisados; mas porque por volta dos anos 1950 sua arquitetura havia obtido carta de cidadania internacional, e quando se escrevia sobre ela já não era para divulgar uma boa-nova a partir da fronteira do mundo civilizado, e sim para exemplificar uma das vias legítimas da arquitetura contemporânea.

Era o que fazia Bruno Zevi, uma das figuras mais críticas de Brasília, ao sustentar que os aspectos que questionava na nova cidade “refletem, em ampla medida, as carências, os problemas irresolvidos de nossa cultura urbanística e arquitetônica. Por isso, até nós, comprometidos na crítica,

3. Ver, entre outros exemplos, o excelente “Modernidade congênita”, de Guilherme Wisnik, in E. Andreoli e A. Forty, *Arquitetura moderna brasileira*, Londres/ Nova York: Phaidon, 2004; a tese de doutorado de Ana Luiza Nobre, “Fios cortantes” (PUC-Rio, departamento de história, 2008), que revisa com agudeza o episódio de Max Bill; ou o capítulo dedicado por Valerie Fraser ao ocaso do interesse internacional não só pelo Brasil, mas pela América Latina, in *Building the New World. Studies in the Modern Architecture of Latin America, 1930-1960*, Londres/ Nova York: Verso, 2000.

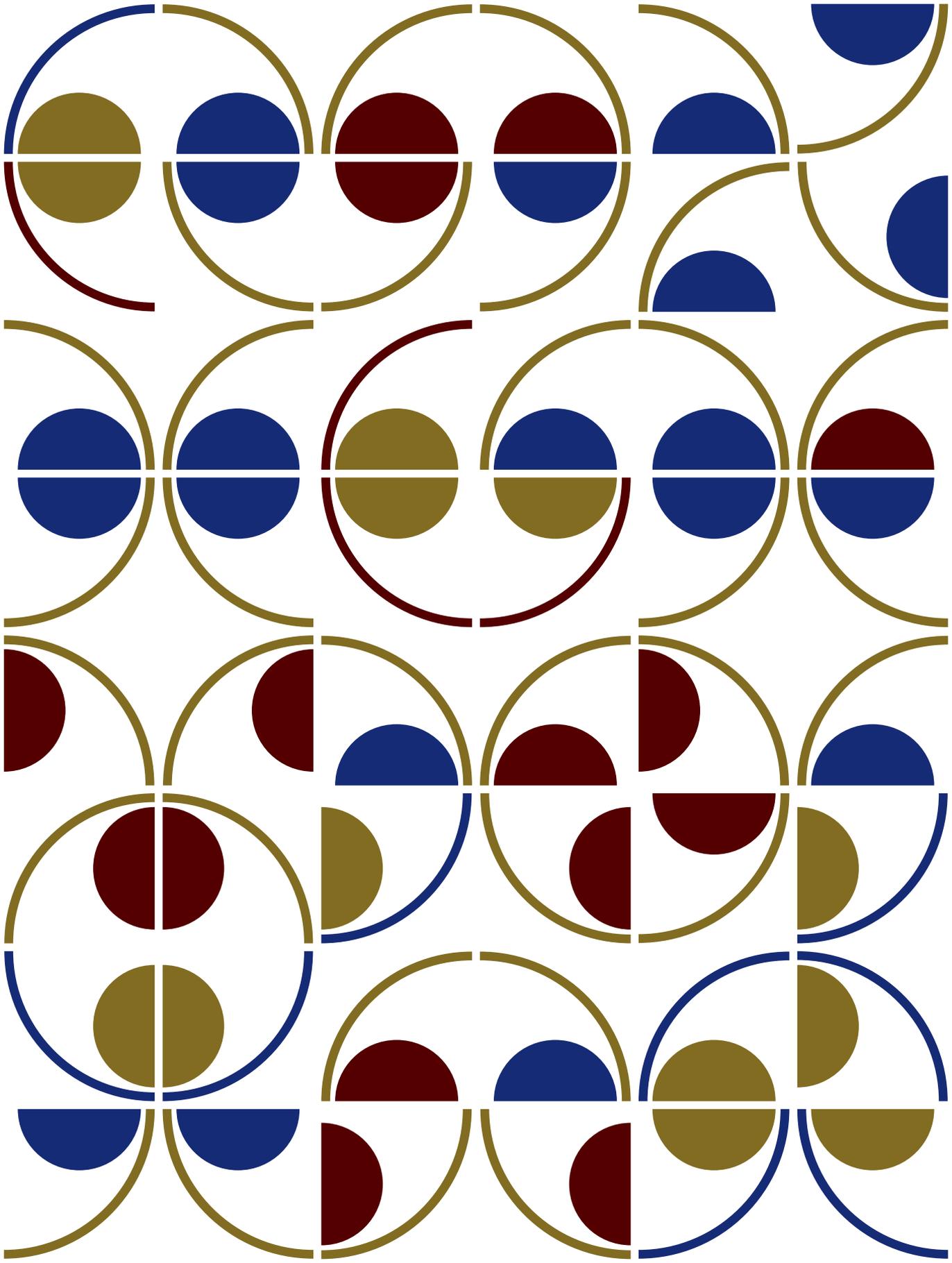
4. Bruno Zevi, “Inchiesta su Brasilia. Sei [questioni] sulla nuova capitale sudamericana”, *L'Architettura*. *Cronaca e Storia* 51, ano v, nº9, Milão, janeiro de 1960.

5. Desenvolvi em trabalhos anteriores (nota 2) este aspecto da noção de monumentalidade na arquitetura moderna brasileira e em Brasília como autoconsciência dos papéis simbólicos do modernismo para compor soluções formais, tipológicas e funcionais dirigidas a uma vontade diferente da “original”: a produção de uma ordem capaz de encarnar e simbolizar o poder modernizador do Estado nacional.

6. Ver “In Search of a New Monumentality”, *The Architectural Review*, v. 104, nº621, setembro de 1948, p. 117.

nos sentimos responsáveis por esses defeitos”.⁴ Não se tratava em absoluto de uma concessão retórica, mas da consciência de que Brasília interpelava, como produto avançado do pensamento moderno, todos aqueles que se preocupavam com o rumo da própria modernidade. Essa reinserção de Brasília no contexto intelectual em que foi recebida é fundamental, porque, assim como não é possível compreender Brasília sem compreender cabalmente seus críticos contemporâneos, também não é possível compreender a arquitetura moderna do século 20 sem compreender Brasília.

O primeiro aspecto que chama a atenção nas críticas contemporâneas à sua realização é a centralidade de duas questões: a representatividade da vida pública e o monumentalismo, entendido não só como uma questão de escala, mas também como a atitude distanciada com que a arquitetura brasileira vinha experimentando com o modernismo, como se se tratasse de um “estilo histórico”.⁵ Trata-se de duas questões que haviam ficado sepultadas sob as figuras de Brasília que dominaram depois, até meados dos anos 1980: a responsabilidade do plano piloto na segregação habitacional e seu caráter exemplar do urbanismo funcionalista da “Carta de Atenas”. A representatividade e o monumentalismo, em contraposição, são duas questões que só recentemente estamos reaprendendo a ponderar como contribuições principais da nova capital às buscas febris que a crise do modernismo vinha impulsionando já desde a própria década de 1930, embora tenham eclodido na cena internacional do segundo pós-guerra. Já é muito conhecido o modo segundo o qual estas questões foram abrindo caminho dentro da reflexão canônica sobre a arquitetura moderna: “Uma segunda etapa positiva ainda deve ser alcançada, o desenvolvimento de um idioma rico e suficientemente flexível para expressar todas as ideias que a arquitetura – especialmente a representativa – pode ser capaz de expressar”, afirmava-se na apresentação do simpósio “In Search of a New Monumentality”, organizado por *The Architectural Review* em 1948, para o qual Lúcio Costa foi convidado junto com Henry-Russell Hitchcock, Walter Gropius e Siegfried Giedion, que apenas um ano antes havia difundido, com José Luis Sert e Ferdinand Léger, o manifesto “Nine Points on Monumentality”.⁶ Também são conhecidas as novas preocupações dos CIAM (Congressos



Internacionais de Arquitetura Moderna) do pós-guerra sobre os temas da representatividade e da vida pública, que à sua maneira Brasília havia encarado de um modo não previsto na “Carta de Atenas”.

Pois bem, para os contemporâneos de Brasília era muito claro que nessas questões se enraizavam a força e a originalidade da capital, quer as celebrassem ou não, já que a viam como um novo estágio na capacidade comunicativa da arquitetura e do urbanismo modernos. William Holford, um dos três jurados internacionais do concurso do plano piloto, dizia-o com clareza quando justificava a escolha do projeto de Costa: se Brasília supõe “um desafio dessa importância histórica, parece-me que não basta produzir-se uma organização. É necessário produzir algo que comunique e, por conseguinte, o que se tende a fazer é produzir uma obra de arte”.⁷

Alguns, sem dúvida, continuavam entendendo o monumentalismo de Brasília como um retrocesso retrógrado ao classicismo ou, em termos ideológicos mais gerais, como a encarnação do autoritarismo, tanto por seus efeitos espaciais – a concreção espectral de uma cidade kafkiana – como por seu significado mais amplo de expressão urbano-arquitetônica das necessidades políticas de um regime, necessidades inaceitáveis para a tradição mestra do pensamento urbano, que ratificavam a ideia dos países latino-americanos como lugares de ditaduras excêntricas, capazes, entre outras coisas, de erguer uma cidade completa no deserto. E, se é surpreendente quando Zevi, por exemplo, se vê na obrigação de esclarecer ao público italiano, depois de esgrimir todos esses argumentos, que Kubitschek é afinal um presidente democrático, convém lembrar que um brasileiro tão perspicaz como Joaquim Guedes pôde sustentar em 1974 que o monumentalismo de Brasília, como profecia autocumprida, era a prova de que a ditadura brasileira havia começado já com Kubitschek.⁸

Contra essas interpretações recorta-se a *Storia della architettura moderna*, de Leonardo Benevolo, escrita nos últimos anos da década de 1950, ao calor dos debates sobre Brasília (e publicada em 1960), embora ele também não acreditasse que o monumentalismo brasileiro fosse um caminho válido para a arquitetura moderna. De fato, em termos gerais Benevolo seguia bem de perto os argumentos mais demolidores que Max Bill havia disparado em 1953, mas

7. Citado por Mário Pedrosa em “Lições do Congresso Internacional de Críticos” (1959), *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*, org. Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 368.

8. Joaquim Guedes lembrava autocriticamente essa afirmação em “Por uma nova cidade”, *AU* n.º 2, São Paulo, abril de 1985, p. 69. De “profecia autocumprida” também a chamou Zevi, assim que ocorreu o golpe de 1964. Mas a caracterização de autoritarismo começou na própria concepção de Brasília; ver, por exemplo, Sybil Moholy-Nagy, “Brasília: Majestic Concept or Autocratic Monument?”, *Progressive Architecture* XL, 10, outubro de 1959, p. 88.

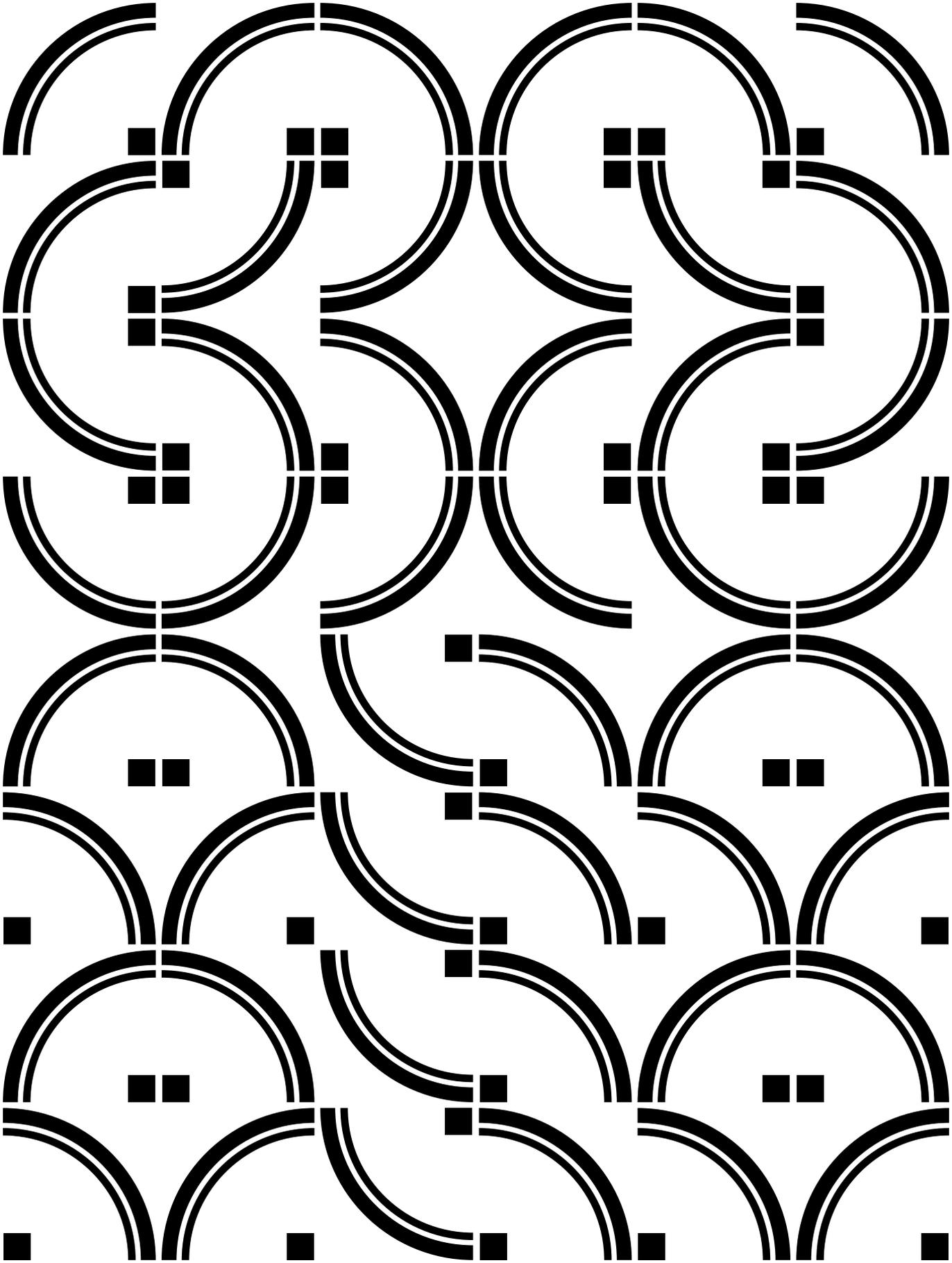
ainda assim conseguia ir além na compreensão do “estilo brasileiro”. Explicava o monumentalismo pela necessidade da sociedade brasileira de uma “representação simbólica”, satisfeita pela arquitetura mediante uma série de recursos, como a mudança de escala – que carrega cada motivo formal do repertório modernista com uma “intensidade emotiva” – ou a elementaridade da composição – que faz emergirem os significados “à primeira vista, com diagramática imediatez” (a cruz de Costa como a perfeita simplicidade de um único gesto). Assim, embora critique “o vago sabor zoomorfo” do plano (seu caráter de metáfora extrínseca, já assinalado por Zevi), Benevolo destaca o modo “magistral” como esse elementarismo permite à imagem inicial tomar forma “sem perder frescor nem simplicidade”, conseguindo que “em cada ponto do vasto território da cidade seja possível perceber a energia e o caráter do esquema geral”.⁹

Também Giulio Carlo Argan soubera ver no monumentalismo brasileiro o resultado de “misturar o funcional com o representativo, a técnica e a exaltação da técnica”, como parte de uma “retórica da civilização”.¹⁰ E, se suspendermos as enormes diferenças entre o tom analítico de Argan e a indignação moral de Max Bill, é indubitável que os traços principais dessa interpretação foram antecipados pelo suíço, que viu o grande escândalo da arquitetura brasileira em seu alegre regozijo na superfície de um “estilo”, atitude que transformava a linguagem moderna em convenção retórica.¹¹ Diante desse achado, que dá tão boa conta da base sobre a qual a arquitetura brasileira estabelecia sua distância em relação ao momento “heroico” (funcionalista) da arquitetura moderna, muitos dos comentários elogiosos de então correm o risco de soar condescendentes. Poderíamos pensar, nesse sentido, que a positiva recepção temporã à arquitetura brasileira foi vítima da necessidade proselitista dos construtores do cânon – Giedion, em primeiro lugar –, que buscaram abrigar a peculiaridade sul-americana em uma interpretação hospitaleira. Esse é o paradoxo da noção de “estilo nacional” nesta primeira recepção: como um último esforço para manter coesa uma frente internacional da arquitetura moderna ante um cenário que se problematizava e se fraturava, a interpretação dada à arquitetura brasileira sublinhou os elementos familiares – mediante o magistério de Le Corbusier no Brasil – e relativizou o

9. Extraio os trechos dessa primeira edição de Benevolo de sua tradução espanhola, *Historia de la arquitectura moderna* (1960), Madri, Taurus, 1963, vol. 2, pp. 911-27. É interessante notar que, numa edição posterior, Benevolo introduz um último parágrafo que discute com as versões sobre o caráter profeticamente autoritário do monumentalismo de Brasília, assinalando que “a violenta mudança de direção política” (o golpe de 1964) “falseou” a polémica sobre as direções e os resultados do projeto; ver *Storia della architettura moderna*, Roma: Laterza, 1975 (6ª edição), p. 843.

10. Giulio Carlo Argan, “Arquitetura moderna no Brasil” (1954), in Alberto Xavier (org.), *Depoimento de uma geração*, (edição revista e ampliada). São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 171.

11. Max Bill, “O arquiteto, a arquitetura, a sociedade”, revista *Habitat* n° 14, janeiro-fevereiro de 1954. Como se sabe, o texto responde à conferência de 09/06/53, embora o escândalo tenha sido desencadeado pela publicação de uma entrevista na *Manchete*, dias depois (13.06.1953); aqui, cito a versão publicada em *Habitat* simplesmente para lembrar a inocultável simpatia com que Lina Bo Bardi e um setor da revista receberam esse discurso de Bill, mostrando que também dentro do Brasil o sucesso da arquitetura moderna brasileira produzia reações antagônicas – no caso de *Habitat*, estas se traduziram com coerência, mais adiante, na leitura crítica do concurso de Brasília.



peso dos traços peculiares com uma explicação do “caráter nacional” que, no entanto, neutralizava, exotizando-os, a capacidade que esses traços podiam oferecer ante os desafios que deviam ser enfrentados para que a própria ideia de arquitetura moderna continuasse tendo algum sentido.

Em contraposição, os antagonistas, concentrando-se nos traços peculiares, denunciando seus “perigos formalistas”, demonstram ver na arquitetura brasileira uma manifestação, para eles equivocada (mas não menos que Le Corbusier), da crise internacional do modernismo. Assim, diante da hospitalidade esterilizadora dos entusiastas, as denúncias de Bill ou Zevi *normalizavam* a arquitetura brasileira, pondo-a em discussão com os dilemas contemporâneos: os “perigos de cair na retórica” da arquitetura de Brasília eram, para Zevi, sem dúvida simétricos aos que se aninhavam nos novos historicismos que ele combatia na Itália, porque se afastavam da trilha “sadia” de atualização necessária do programa modernista.

Mas há um exemplo especialmente interessante desta relação entre avaliação da arquitetura moderna brasileira (e de Brasília, em particular) e novas perspectivas sobre o modernismo internacional: trata-se de Reyner Banham, cuja obra se elabora a partir da assunção do novo lugar de observação crítica obtido diante da primeira geração moderna. A consciência de pertencer a uma nova geração é a chave interpretativa que dá a Banham sua visão distanciada, propriamente *histórica*, em relação tanto ao espírito “apostólico” dos “pioneiros” quanto ao “uniforme adolescente” de que a arquitetura deles se revestiu. Especialmente, permite-lhe atentar para os “significados simbólicos” da forma moderna (“mais tarde descartados ou ignorados por seus apologistas em 1930-40”); isto é, entender que a arquitetura moderna não tinha sido o resultado “natural” das transformações e das necessidades técnicas, funcionais ou sociais, mas a “forma simbólica” elaborada como interpretação *emotiva* da primeira era da máquina.¹² À diferença de Zevi ou Benevolo, os quais, embora pertençam a esta segunda geração, ainda participam do compromisso moral de encontrar expressões “sadias” da arquitetura moderna, Banham traça diante dessas buscas uma ruptura histórica intransponível, deixando-as num passado, se não muito próximo, menos remoto conceitualmente. Se toda a arquitetura moderna há de ser pensada como uma convenção retórica, isso já não pode ser

12. Reyner Banham, *Theory and Design in the First Machine Age*, Londres, The Architectural Press, 1960 (cito a partir da edição castelhana, *Teoría y diseño arquitectónico en la era de la máquina*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1977, pp. 305-6). Banham utiliza em várias ocasiões a figura da arquitetura moderna como “forma simbólica”, e, embora não cite o livrinho de Panofsky de 1927, *La perspectiva como forma simbólica*, é indubitável que sua postura é análoga em certo sentido, na medida em que Panofsky havia mostrado de modo provocador que o método perspectivístico, considerado desde o Renascimento a maneira científica de produzir uma representação “natural” ante as concepções “simbólicas” da arte do passado, era na verdade mais uma “forma simbólica” de entender o mundo, a do humanismo objetivante.

levantado como um elemento de juízo em si mesmo – como faziam Bill, Zevi ou Benevolo em relação à arquitetura brasileira –: é o moralismo na interpretação que deixa de lado esta nova perspectiva historicista e desideologizadora da forma moderna, que Banham compartilha com toda uma geração de críticos ingleses, como Colin Rowe.

Esta colocação de Banham quanto ao modernismo já organizava seu primeiro livro, centrado naquela primeira geração, *Theory and Design in the First Machine Age*, de 1960; mas, para nosso argumento, é mais interessante o segundo, *Guide to Modern Architecture*, de 1962, que se propôs a mostrar que a arquitetura moderna “havia superado a adolescência” graças a uma geração de “sucessores radicais” entre os quais ele coloca a arquitetura brasileira, e especialmente Brasília, como uma experiência que “desbaratou as formas do uniforme adolescente”.¹³ Discutindo com aqueles que sustentavam que a arquitetura moderna tinha morrido, e portanto se sentiam livres para “voltar atrás” atrasando “simplesmente o relógio em meio século” e eliminando a palavra “moderna” “como se se tratasse de um erro”, Banham se propunha a mostrar quão viva ela estava, na medida em que fora capaz de mudar, atualizando suas apostas e suas formas. É neste contexto que ele analisa Brasília: ponto de chegada do manejo das geometrias contrastadas que havia sido a marca-d’água da arquitetura moderna brasileira desde o ministério, inclusive sob o risco de sua transformação em fórmula, Banham vê no Palácio da Alvorada e na torre dupla do Congresso um altíssimo grau de sofisticação (“que faz a temporã arquitetura brasileira parecer *naïve*”), e, nas curvas opostas das cúpulas do Congresso, arquitetura de “grande e retórica simplicidade”.¹⁴ Faz uma rápida comparação com Chandigarh, e é evidente que Banham considera superior a obra de Le Corbusier, embora no nível do plano afirme que, ante a simplicidade do de Costa, adequada a estes tempos do automóvel, Chandigarh nasceu antiga, como um resto arqueológico. De todo modo, mais importante para nosso argumento do que os detalhes da crítica – ou do que as preferências de Banham – é o modo como ele incorpora a arquitetura brasileira ao elenco dos caminhos contemporâneos para uma arquitetura moderna de nova geração.

Mas, ao mesmo tempo que oferece um dos olhares mais elaborados sobre a experiência brasileira, este texto de Banham também se transforma numa última abordagem,

13. *Guide to Modern Architecture*, D. Van Nostrand, 1962, p. 36. Banham fez uma segunda edição atualizada do livro, em 1975, à qual chamou *Age of the Masters: A Personal View of Modern Architecture*, que acabou sendo a mais conhecida. Quero expressar minha gratidão ao artigo de Guilherme Wisnik, “Modernidade congênita”, op. cit., que me fez atentar para os comentários de Banham sobre o Brasil, fundamentais para meu argumento.

14. *Idem*, p. 140.

quase um réquiem. Porque era uma interpretação que precisava daquela margem ambígua – distância histórica em relação ao modernismo e compromisso com sua continuidade – que ao longo da década de 1960 foi se apagando cada vez mais, fazendo que a “diferença” da arquitetura brasileira se fosse aplanando, deixando-a como uma mera versão subdesenvolvida da arquitetura modernista e Brasília como um erro, a aplicação extemporânea da “Carta de Atenas”. É como se, no interior de um debate *ainda* modernista, a arquitetura brasileira tivesse tido a potência de uma heterodoxia inspiradora, enquanto, à medida que o modernismo foi se transformando não só num fato histórico, como em Banham, mas num fato do passado que obstaculizava a compreensão do presente, essa arquitetura tivesse aos poucos se reduzido a uma modulação local (mais ou menos caprichosa, mas modulação afinal) de um vocabulário superado.

Não se trata, é claro, de afirmar que todas as elaborações dos 1960 – de Kevin Lynch a Edward Hall na ampliação do debate urbano até a semiologia ou a antropologia; de Jane Jacobs a Giancarlo de Carlo na nova compreensão da cidade histórica; de Robert Venturi a Aldo Rossi nas reflexões mais especificamente arquitetônicas – tenham significado uma simples refutação do modernismo, como quis, no início dos anos 1970, o discurso pós-moderno. Trata-se de entender que a dispersão dos temas e a multiplicação das frentes de ataque que dialogam seletivamente com diferentes tradições ou autores do modernismo já impedem, em meados dos 1960, a consciência de continuidade crítica transgeracional que ainda habitava no brutalismo inglês, por exemplo, e dificultam a elaboração de programas comuns, como demonstra o progressivo desvanecimento dos CIAM, fracassadas todas as tentativas de renovação que se fizeram em seu seio desde o pós-guerra.

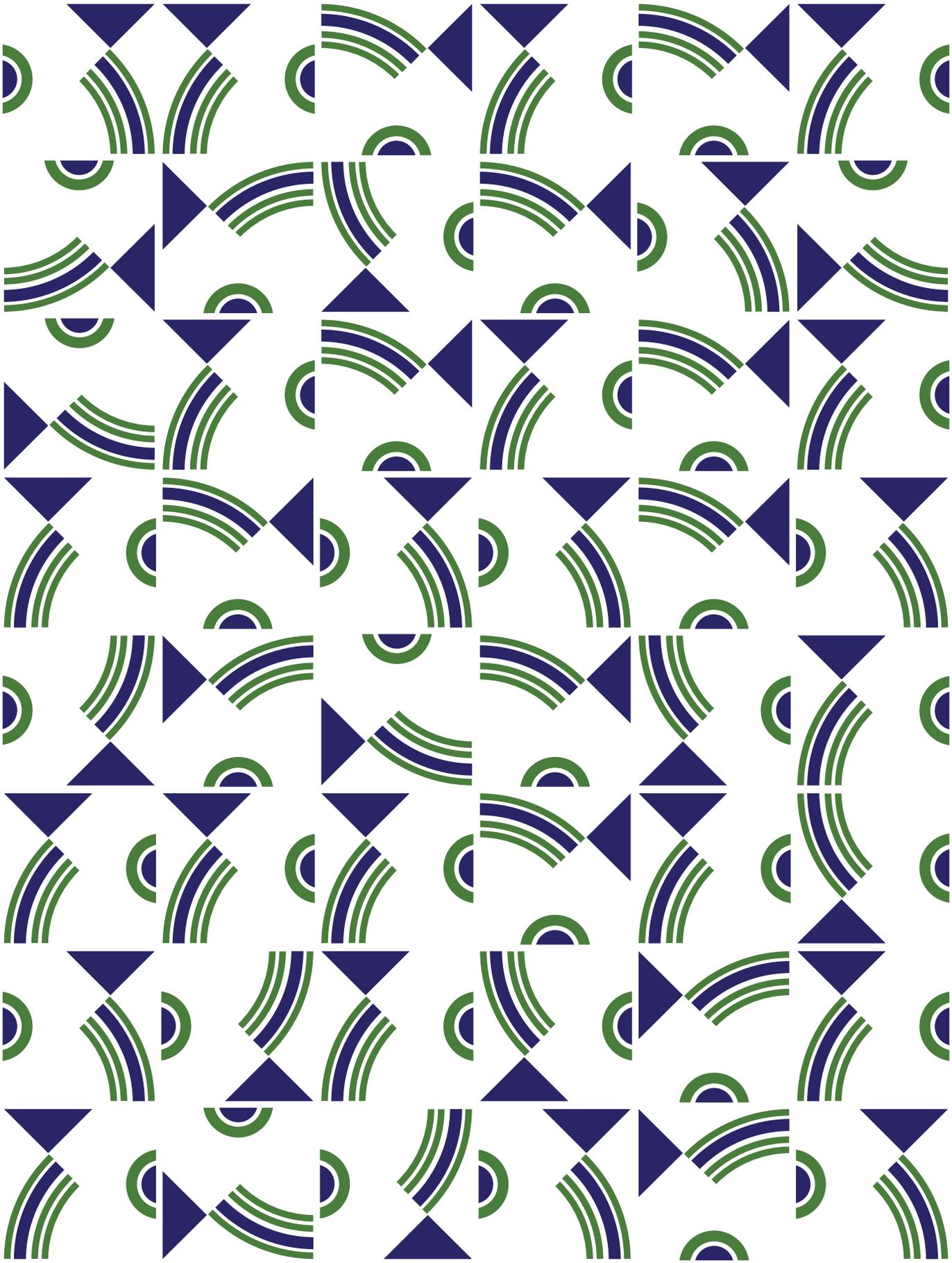
Este novo mapa da arquitetura contemporânea que vai se desenhando ao longo dos anos 1960 talvez não seja muito mais fragmentado que aquele que a historiografia estava descobrindo – por trás da narrativa homogeneizante do “movimento moderno” – para o próprio momento clássico das vanguardas heroicas; mas sem dúvida essas fissuras mais recentes já faziam parte constitutiva da autorrepresentação múltipla de uma arquitetura que assumia o nível de sua crise. É este novo arquipélago do moderno que já não parece reservar lugar nenhum para a arquitetura brasileira, e menos ainda para Brasília, seu canto do cisne. Paradoxalmente, poderíamos dizer, já que leituras como as de Banham (em positivo) ou Benevolo (em negativo) poderiam ter habilitado, anos depois, uma consideração “pós” de Brasília: basta pensar em alguns dos qualificativos que foram aplicados a sua arquitetura – especialmente a de Niemeyer: surrealista, metafísica, neobarroca, maneirista – para imaginar toda uma série de sintonias potenciais com algumas das linhas mestras de indagação dos anos 1960 que na década seguinte iriam alimentar – *malgré elles* – a categoria de pós-modernidade (Rossi, em

15. Não vou me referir aqui a dois livros importantes do início dos anos 1970 dedicados especialmente ao Brasil, os conhecidos *L'Architecture contemporaine au Brésil*, de Yves Bruand, 1971, e *Two Brazilian Capitals*, de Norma Evenson, 1973; para além de seus méritos monográficos, essas obras se realizaram à margem do debate arquitetônico modernista, que é o que tentamos reconstituir aqui.

primeiro plano, mas também Venturi ou o objetivismo kahniiano, para mencionar os mais óbvios). Mas isso é justamente o que não se produziu.

E esta ausência dos anos 1960 encontra um correlato direto no total desinteresse que as novas sínteses historiográficas dos anos 1970 demonstram pelo Brasil.¹⁵ Refiro-me especialmente às melhores dentre elas, a *Architettura contemporanea*, de Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co, de 1979, e a *Critical History*, de Kenneth Frampton, de 1980, obras muito diferentes entre si, mas unidas pela iniciativa de desconstrução do relato canônico do modernismo de um modo tão crítico das simplificações pós-modernas contemporâneas quanto das “comprometidas” sínteses historiográficas prévias de Zevi ou Benevolo. Essas histórias da arquitetura moderna deram, entre muitas outras coisas, inteligibilidade ao ciclo de crise entre os anos 1930 e os 1960, com o que ofereceram uma nova moldura para a compreensão também da arquitetura brasileira. E no entanto... A leitura das breves passagens que lhe dedicaram produz um duplo incômodo: o de comprovar que olhares tão sagazes não foram capazes de iluminar Brasília de modo inovador, contentando-se com reproduzir quase literalmente as hipóteses mais redutivas dos anos 1950; e o de notar o desajuste (provinciano) implícito em julgar essas sínteses notáveis a partir do foco mesquinho do que dizem sobre nosso tema. Por isso, parece mais produtivo tomar esse desinteresse não como elemento de juízo em si, mas como sinal daquilo que a cultura arquitetônica dos 70, em seu nível mais alto, considerava que valia a pena revisar e por quê. Se Brasília havia deixado de fazer parte da lista contemporânea de problemas da arquitetura moderna, em ambos os livros isso se manifesta de modos opostos: teleológico, um; historicista, o outro. No caso de Tafuri/ Dal Co, a especificidade histórica da arquitetura moderna brasileira parece ter sido opacificada pelo desempenho posterior de Niemeyer (como se esse *presente* fosse o desenlace a que ela estava predestinada), ao passo que a incorporação do Brasil no relato de Frampton parece uma concessão a sua importância *passada*.

Tafuri/ Dal Co introduzem “a escola brasileira” dentro da explosão de experiências do panorama internacional dos anos 1950 e 1960 através de um rápido *flashback* que vai do ministério a Brasília, mostrando-a como parte de uma série de variantes de “neuroses” neoexpressionistas “suavizadas



16. Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co, *Architettura contemporanea*, vol. II. Milão: Electa, 1979, p. 337. Pode-se ver também uma alusão velada a Banham, quando esclarecem que a “sofisticação” do Parlamento (que este havia sublinhado) parece-lhes completamente superficial.

17. Kenneth Frampton, *Modern Architecture: A Critical History*. Londres: Thames and Hudson, 1980. É curioso que, vários anos depois, convidado a escrever sobre Niemeyer no Brasil, Frampton recuperará um tom semelhante ao de Banham, rerepresentando aquele clima geracional de recepção festiva à arquitetura brasileira na Inglaterra, que neste livro ele parece ter esquecido: ver K. Frampton, “Homenagem a Niemeyer”, *Arquitetura e Urbanismo* nº 15, São Paulo, dezembro de 1987-janeiro de 1988.

pelo surrealismo”. A caracterização de Brasília reproduz, como na ficha de um aluno pouco aplicado, os pontos centrais daquela que Zevi fizera 20 anos antes: demagogia na iniciativa, burocratismo no plano e frivolidade na arquitetura – até perdura o detalhe já ritual, originado em Bill, de eximir o Pedregulho de Reidy do decadentismo formalista de um estilo “repetido até a náusea”.¹⁶

Frampton, por sua vez, dedica mais espaço em seu relato e reelabora mais as críticas tradicionais. Contudo, ante a inserção da experiência brasileira na trilha das reelaborações dos anos 1950 e 1960 feitas pelo livro de Tafuri/ Dal Co, o de Frampton é bem mais convencional ao naturalizar Brasília como ponto de chegada do “estilo internacional” no pós-guerra. O período 1930-60 é organizado no livro através de várias linhas de abordagem, e é muito evidente (aos nossos olhos de hoje, ou aos de um crítico dos anos 1950) que a arquitetura brasileira poderia ter oferecido seus perfis mais produtivos em capítulos como “A arquitetura e o Estado: ideologia e representação” ou “Le Corbusier e a monumentalização do vernáculo”. Contudo, o ciclo completo da arquitetura brasileira é abordado exclusivamente no capítulo sobre o estilo internacional, como se aquilo que Zevi sustentava tivesse se realizado perversamente: Brasília como teste das falhas do pensamento modernista, realizado no mesmo momento em que foi considerado *superado*, transformou-se em sua autoevidência e sua ruína. Mas também em seu fetiche, no sentido de que permitiu colocar fora de si todos os males do modernismo. Estes são reproduzidos no livro de Frampton como numa ladainha: segregação social, formalismo e repressão, a uma enorme distância de qualquer reflexão propriamente histórica sobre o que aquela arquitetura havia podido significar em seu momento.¹⁷

BRASÍLIA NA AMÉRICA LATINA: O OUTRO FIM DE CICLO

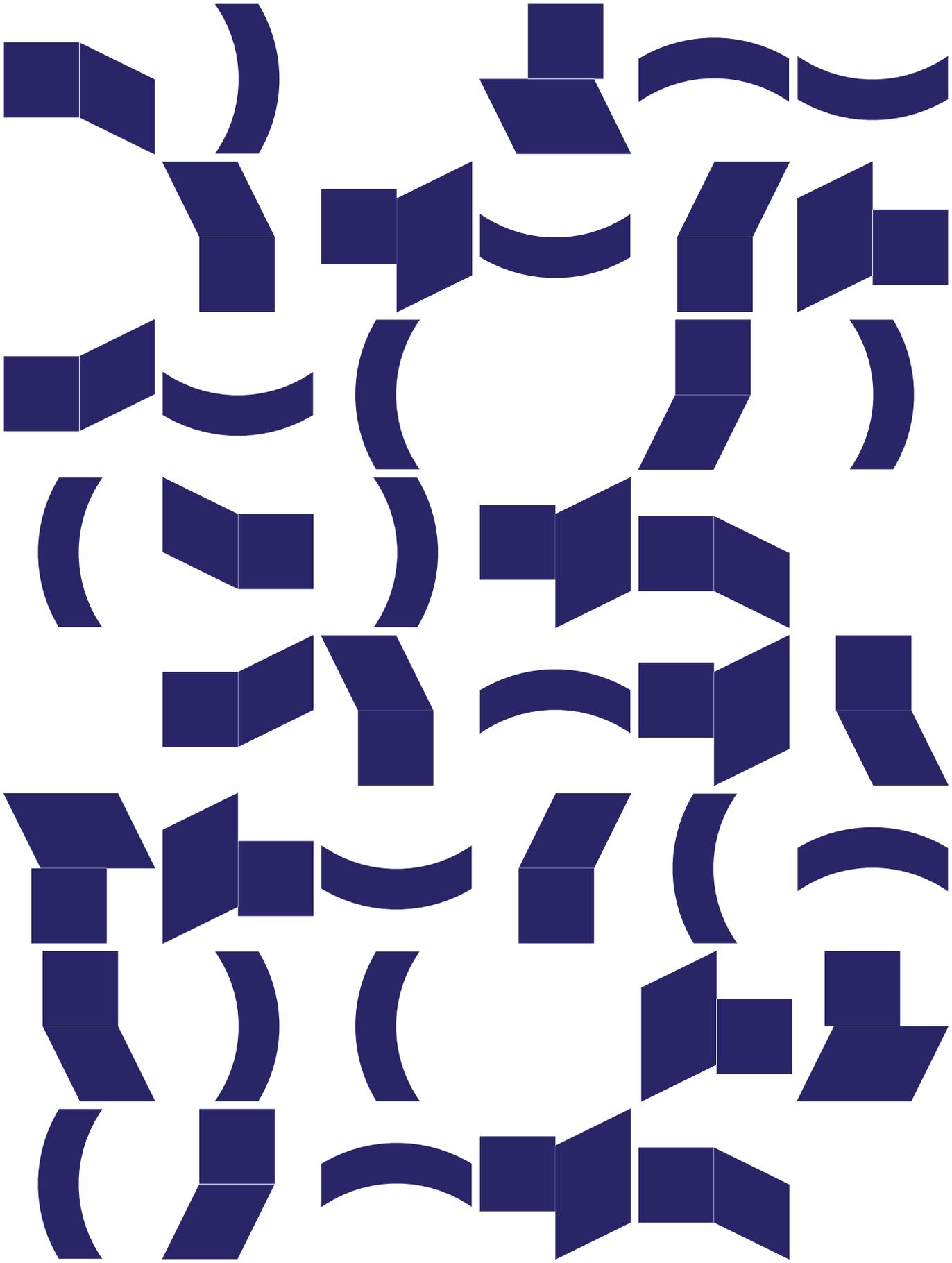
De todo modo, neste processo de transformação do pensamento sobre a modernidade há uma constante: Brasília foi, para a crítica internacional durante todo esse período, um tema do debate arquitetônico: mais especificamente, uma peça no destino da arquitetura moderna, mantendo-se afastada de todo contato com os temas e desenvolvimentos da planificação urbana – de notável expansão durante os anos 1950-60, quando se consolidava a migração prévia do

18. A citação de Banham vem de *Guide to Modern Architecture*, op. cit., p. 136.

urbanismo para os campos mais *duros* da planificação como ciência social –, e afastada também, no pólo oposto, da intensa renovação que começava na Europa e nos Estados Unidos nas perspectivas culturais sobre a cidade. Como primeiro e último exemplo de uma cidade completa produzida a partir da cultura arquitetônica (“o que ainda sonham os arquitetos nos romances”, na divertida frase de Banham), Brasília nunca transpôs essa fronteira no debate internacional.¹⁸ E, embora não haja dúvida de que as linhas de reflexão culturalista ainda não teriam estado em condições de incorporar o tema (já que seu próprio surgimento foi uma reação àquilo que Brasília havia chegado a representar: a redução funcionalista da ideia de cidade), a intensa experimentação levada adiante no Planalto poderia ter sido um instigante laboratório para a planificação territorial – como começava a ser denominada.

Mas na América Latina foi diferente, pelo menos no princípio, já que Brasília, como ponto de chegada da longa “marcha para o oeste”, tentativa de unificação de litoral e sertão para a construção de uma nacionalidade moderna integrada, vinha preencher um dos objetivos mais ambicionados pelo pensamento desenvolvimentista que nos anos 1950 conduzia os rumos da nascente planificação em todo o continente. De fato, uma das principais tarefas que, nesses momentos formativos, a planificação territorial assumiu em nossos países foi a recolonização das regiões interiores: um objetivo de longuíssima data, sem dúvida, na imaginação latino-americana, que agora buscava pôr o continente inteiro em regime de produção – tanto econômica quanto cultural –, tomando a cidade como propulsora central do reequilíbrio socioterritorial. Tampouco era novo, desde já, esse papel modernizador da cidade no imaginário latino-americano; mas era-o, sim, o caráter quase excludente que as correntes teóricas norte-americanas assumiam como respaldo intelectual, culminando um processo de renovação do instrumental do pensamento urbano que havia começado poucas décadas antes com a planificação de bacias, as premissas analíticas do *folk-urban continuum* e a figura da urbanização como “forma de vida” e motor do desenvolvimento.

Assim, ainda em 1965, o argentino Jorge Enrique Har-doy – um dos urdidores da rede “pan-americana” de planejamento que se produzia como consequência dessas transformações de grande impacto institucional em nossos



19. J. E. Hardoy, “El rol de la urbanización en la modernización de América Latina” (1965), *Las ciudades en América Latina. Seis ensayos sobre la urbanización contemporánea*. Buenos Aires: Paidós, 1972, p. 44.

20. Jean Roche, “Exposé introductif”, Symposium sur Brasília, *Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien* n° 3, Toulouse: 1964, p. 366. O simpósio se desenvolveu como parte do colóquio “Os problemas das capitais na América Latina”, Université de Toulouse, fevereiro de 1964.

21. Ver Milton Santos, “Brasília, a nova capital brasileira”, e os comentários de G. Pfeiffer e P. Monbeig em *Caravelle*, op. cit.

22. Cf. A. Gorelik, “A produção da ‘cidade latino-americana’”, *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, n°1, São Paulo, junho de 2005.

países – podia colocar “a função integradora e o valor simbólico de Brasília” no topo das iniciativas modernizadoras que estavam mudando a face do continente, junto com Ciudad Guayana (o polo industrial e extrativo que fora criado na selva venezuelana), com os empreendimentos hidrelétricos ou com as novíssimas rodovias pan-americanas, demonstrações, todas elas, de que a América Latina estava “avançando em direção a suas próprias fronteiras”.¹⁹ Em países que mal haviam transformado desde a colônia suas redes territoriais e seus sistemas de *primazia urbana* (termo caro ao novo vocabulário planificador), a relocação voluntarista do espaço político nacional que o Brasil produzia com sua nova capital só podia ser saudada como “uma impulsão criadora”, de acordo com as palavras de Jean Roche num simpósio dedicado a Brasília em 1964, em Toulouse; Brasília era definida como “o catalisador do desenvolvimento e o símbolo do desenvolvimentismo, isto é, de uma teoria do desenvolvimento pensada como elemento motor, não só da economia mas também da psicologia nacional brasileira”.²⁰ E, talvez, o latino-americanismo tenha sido o único âmbito, e nesse único momento, em que foram celebradas as “razões políticas” da criação de Brasília como “meta símbolo” do salto modernizador prometido por Kubitschek, já que sintonizavam com o clima de otimismo urbano com que o funcionalismo desenvolvimentista coloriu as etapas formativas da mentalidade planificadora em toda a região.

Mas tratou-se de condições bastante efêmeras, já que no início dos anos 1960 podia-se notar que também na América Latina alcançava-se outro fim de ciclo, como mostram nesse mesmo simpósio a exposição de Milton Santos e os comentários de Gottfried Pfeiffer e Pierre Monbeig, atentos às omissões idealistas daquele desenvolvimentismo que emergiam com perseverança no *dualismo estrutural* de Brasília (plano piloto *vs.* cidades-satélites), o que a redefinía como produto do subdesenvolvimento, mais que como ferramenta da superação dele.²¹ E essas observações mostram em seus alvares o espírito com que, desde meados dessa década, ia produzir-se uma completa inversão das certezas modernizadoras no pensamento urbano latino-americano, à medida que a chave do desenvolvimento ia sendo substituída pela da dependência, e que iam sendo questionados os valores atribuídos à cidade e à modernidade.²²

Neste novo clima de ideias, que se prolongará durante toda a década de 1970, a projeção de Brasília no pensamento urbano latino-americano foi se fechando até quase desaparecer, produzindo-se, agora sim, um fenômeno muito similar ao que analisamos para a crítica internacional, pelo qual Brasília viu-se reduzida à cultura arquitetônica. Por exemplo, não é possível encontrar um só artigo sobre Brasília nas dezenas de números da *Revista Interamericana de Planificación*, que começou a sair em 1967 como órgão da Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) sob o impulso daquele mesmo Hardoy que, apenas dois anos antes, havia definido Brasília como exemplo-chave da dinâmica construtiva do desenvolvimento latino-americano. De igual modo, podemos notar que no conhecido livro de 1975, aos cuidados de Roberto Segre, *América Latina en su arquitectura* (no projeto da Unesco “América Latina en su cultura”, tão expressivo das orientações dos 1970), o capítulo dedicado a Brasília dentro da seção “La ciudad y el territorio” é escrito por um crítico de arquitetura e arquiteto moderno praticante – o argentino Francisco Bullrich, que conseguiu algumas aproximações penetrantes, inclusive aos olhos atuais. Os outros capítulos da seção sobre a cidade e o território tratam de temas da planificação com os quais já parecia que Brasília não tinha nada a ver.²³

23. Roberto Segre (relator), *América Latina en su arquitectura*, série “América Latina en su cultura”, Unesco/ Siglo XXI, México, 1975.

Junto com sua redução à arquitetura, Brasília também se reduziu a tema brasileiro; e creio que é possível, embora de modo provisório, identificar três vias relativamente autônomas nas quais a consideração da nova capital foi transcorrendo durante os anos 1960 e 1970. Por um lado, fora do debate especializado, Brasília parece ter se consolidado aos poucos nesses anos como um dos feitos de autoafirmação cultural da modernidade brasileira, como a bossa-nova ou o futebol, uma figura poderosíssima de uma cultura nacional popular que se via projetada internacionalmente; e nisso confluíram desde a origem a imensa propaganda oficial, a admiração genuína da galeria de celebridades estrangeiras que visitavam o canteiro de obras, a adesão popular imediata à força iconográfica da arquitetura de Niemeyer, ou a também imediata – embora muito mais paradoxal – adesão de grupos de vanguarda cultural, como o movimento de poesia concreta. Por outro lado, dentro do debate propriamente arquitetônico, Brasília teve uma presença em certos

24. Ver, por exemplo, Edgar Graeff, Flavio Marinho Rêgo, Joaquim Guedes, João Filgueiras Lima, *Arquitetura brasileira pós-Brasília – Depoimentos*. Rio de Janeiro: IAB, 1977.

25. Luiz Sérgio Duarte da Silva, *A construção de Brasília. Modernidade e periferia*. Goiânia: UFG, 1997.

26. Ver, por exemplo, Luiz César de Queiroz Ribeiro e Adauto Lúcio Cardoso, “Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências”, *Espaço & Debates* xiv, 37, São Paulo, 1994. Trata-se de um número dedicado à “Cidade brasileira, século xx”, no qual não se aborda o tema Brasília.

momentos atenuada, mas contínua, pautada sem dúvida pela do próprio Niemeyer, presença quase onímoda para além das alternativas (às vezes traumáticas) de sua relação com o debate local durante a ditadura militar, para o que contava com sua “usina de propaganda” pessoal, a revista *Módulo*; de modo que poderíamos afirmar – quase como se déssemos razão ao teleologismo de Tafuri/ Dal Co – que também no Brasil o destino da opinião arquitetônica sobre Brasília seguiu na esteira do cambiante juízo contemporâneo da obra de Niemeyer, ao mesmo tempo que constituía a nova capital em divisor de águas da arquitetura brasileira.²⁴ E, finalmente, a via do pensamento planejador, na qual o caso Brasília foi englobado no juízo sobre a segregação espacial – como assinalou há alguns anos Duarte da Silva –, sem afetar o resto dos temas que acompanhavam o curso da reflexão latino-americana, como se se tivesse encapsulado sobre uma só de suas dimensões possíveis.²⁵

O fim de ciclo da modernização desenvolvimentista no pensamento urbano mudou o rumo de preocupações e instrumentos de indagação. E não se trata aqui de avaliar as consequências gerais dessa mudança, nem, muito menos, de supor que antes ou depois dela tenha havido uma abordagem mais “verdadeira” de Brasília: eram tão verdadeiros os efeitos territoriais do descentramento regional para o imaginário desenvolvimentista quanto as desigualdades sociais denunciadas pelo pensamento crítico. O que interessa aqui é entender de que modo se definiu Brasília a cada vez como tema, que tipos de problema foram notados a cada vez e o que dizem essas diversas Brasília sobre suas próprias condições de possibilidade. Pode-se afirmar, nesse sentido, que as representações sobre a nova capital entraram num cone de sombra no pensamento planejador até meados da década de 1980 – embora em algumas áreas específicas a inércia tenha ido além, de modo que ainda na década de 1990 certos balanços sobre o planejamento urbano no Brasil não se viam na necessidade de incluir nenhuma menção a Brasília; é que os problemas do planejamento como disciplina parecem bem outros que não os de Brasília, a menos que esta seja analisada como falha dele.²⁶

E quem melhor explicou isso, em pleno auge do ciclo do pensamento planejador latino-americano, foi um urbanista brasileiro que, talvez por sua matriz desenvolvimentista

e arquitetônica (como foi habitual naquela primeira geração), era muito sensível à experiência de Brasília e, por isso mesmo, propôs-se a colocar por escrito seu desconcerto diante dela. É ele Jorge Wilhelm, que, em 1969, já no final de seu livro *Urbanismo no subdesenvolvimento*, constatava que “não seria justo, ao escrever um texto que lida fundamentalmente com problemas urbanísticos brasileiros, deixar de utilizar Brasília como tema de discussão”. Wilhelm havia participado, muito jovem, do concurso para o plano piloto, e se orgulhava de ter realizado “o mais completo diagnóstico da região em que se situaria”, e de ter tido consciência, já então, das dificuldades de plasmar esse diagnóstico em sua proposta para a nova capital, o que o levou a um resultado urbanístico inferior à qualidade da análise.²⁷

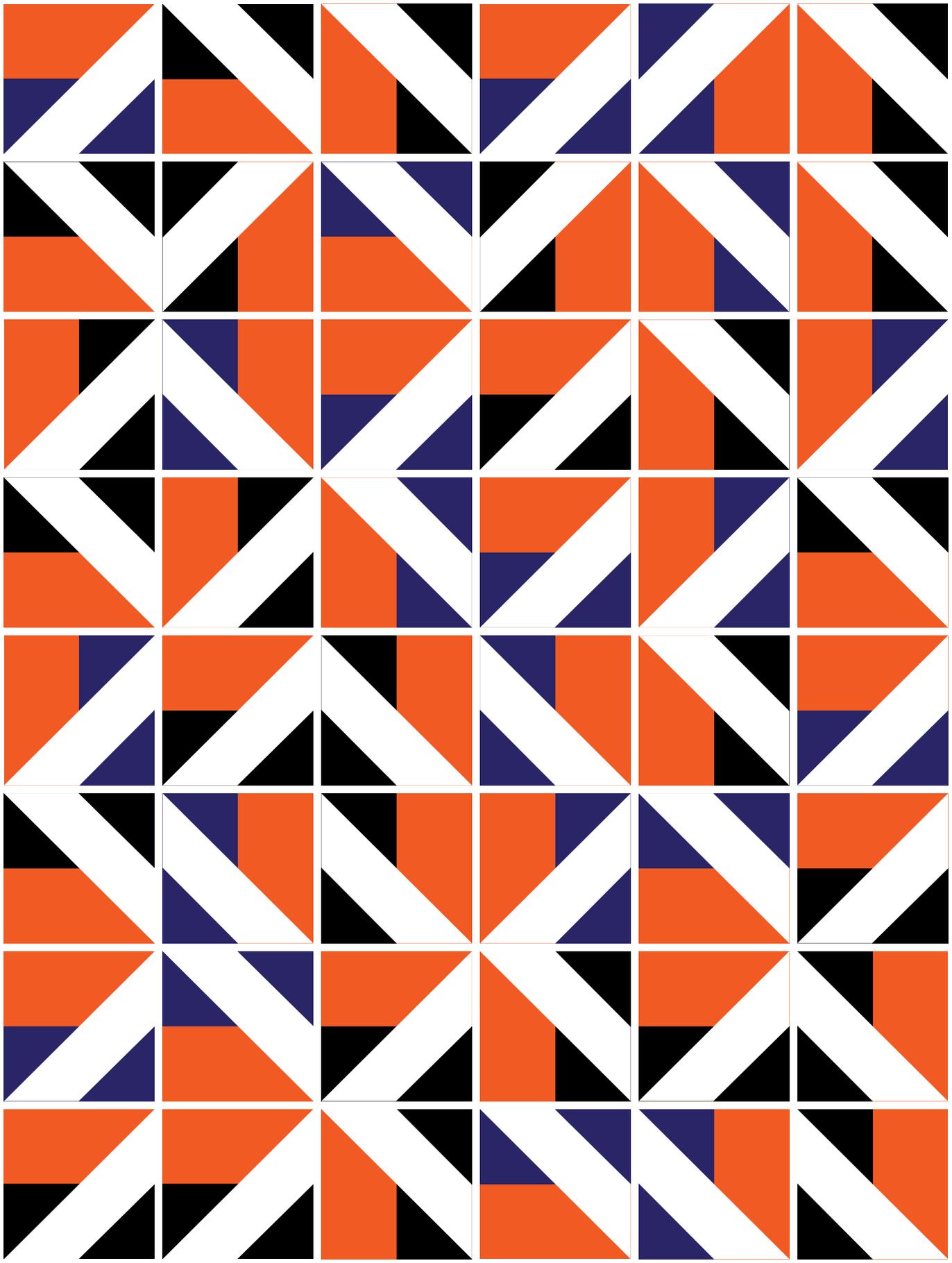
27. Jorge Wilhelm, *Urbanismo no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969, pp. 384-5.

28. Jorge Wilhelm, “Brasília 1960. Uma interpretação”, *Acrópole* 256-7, São Paulo, 1960.

Em 1960, recém-inaugurada Brasília, Wilhelm tinha exposto esse diagnóstico na edição com que a revista *Acrópole* celebrou o acontecimento.²⁸ Tratou-se de uma exaustiva análise da região, que definia Brasília como “cidade artificial”, uma categoria de longa tradição no pensamento latino-americano que censura a origem política das cidades no continente, ante as razões “naturais” (geoeconômicas) de acordo com o pensamento urbano clássico. Mas, ao mesmo tempo, nota-se em Wilhelm uma oscilação, a típica ambivalência da planificação desenvolvimentista entre técnica e política, que o leva a admitir a importância das “razões políticas” que fundamentam essa artificialidade no caso de Brasília, por suas consequências tanto subjetivas quanto econômicas num efeito de “arrasto” positivo sobre o conjunto das dimensões sociais do Brasil. Este momento de transição no pensamento planejador, sua ambiguidade voluntarista entre as razões técnicas e as políticas, mas também entre a ambição modernizadora e as reservas que despertava na análise, é muito interessante porque se trata de um momento no qual a própria indecisão costuma traduzir-se em interrogação aberta. A principal ambivalência do diagnóstico de Wilhelm se verifica entre a crítica análise regional e sócio-habitacional e a aceitação sem matizes do sucesso projetual de Costa, que definiu da única maneira possível o “caráter da cidade” como capital do país.²⁹

29. “Qual ‘ovo de Colombo’”, diz Wilhelm, “ninguém cogita uma Brasília morfológicamente diversa”, *ibid.*, p. 31.

Uma ambivalência que reaparece em 1969 em seu livro sobre a planificação brasileira, e que o leva a admitir que Brasília rompe com todos os conceitos que ele mesmo foi



30. Jorge Wilhelm, *Urbanismo no subdesenvolvimento*, op. cit., p. 384.

31. *Ibid.*, p. 391.

desenvolvendo nas páginas anteriores como pressupostos consensuados pela planificação avançada: foi erigida artificialmente, sem um plano integrado, sem análise socioeconômica, sem equipe interdisciplinar, sem nenhuma investigação que permitisse realizar um prognóstico, sem grupo local motivador e sem nenhuma programação escalonada. E no entanto “deu certo”, diz Wilhelm, assombrado: “A cidade existe e se parece bastante com a admirável descrição, mais literária que gráfica, feita por seu autor, Lúcio Costa”.³⁰ Que conclusão tirar disso, pergunta-se? Fundamentalmente duas. Uma em relação ao seu próprio modo de encarar a disciplina: com admirável franqueza, Wilhelm se coloca um problema que vai ser recorrente nos anos 1970 e 1980: parece haver “uma razão inversa” entre grupos grandes e interdisciplinares e criatividade. A segunda, em relação à própria Brasília: sua *excepcionalidade*, pelo impulso político e pela propriedade estatal do solo, que permite ao plano piloto evadir-se da realidade capitalista imperante em todo o país – e esse argumento leva Wilhelm a comentários muito agudos sobre as cidades-satélites, para além das críticas já habituais sobre a segregação espacial, mostrando que elas são o lugar onde se refugia a renda imobiliária: as favelas como o lugar do *capitalismo real*. Uma excepcionalidade, por fim, que “impede de elevar o método de trabalho que precedeu a implantação de Brasília ao *status* de modelo metodológico”.³¹

E foi essa excepcionalidade, seguramente, que levou JK a não consultar sobre Brasília a equipe do ISEB, que estava elaborando suas teses desenvolvimentistas: também para o presidente, era um fato arquitetônico, como a Pampulha; isto é, um fator de impulso simbólico de seus planos de modernização, mais que uma parte estrutural deles. Por isso Brasília nunca está nos mesmos livros nos quais se fala da SUDENE, essa empresa mítica da planificação, por exemplo. São muitas, como se vê, as razões que levavam Brasília para dentro do universo da arquitetura.

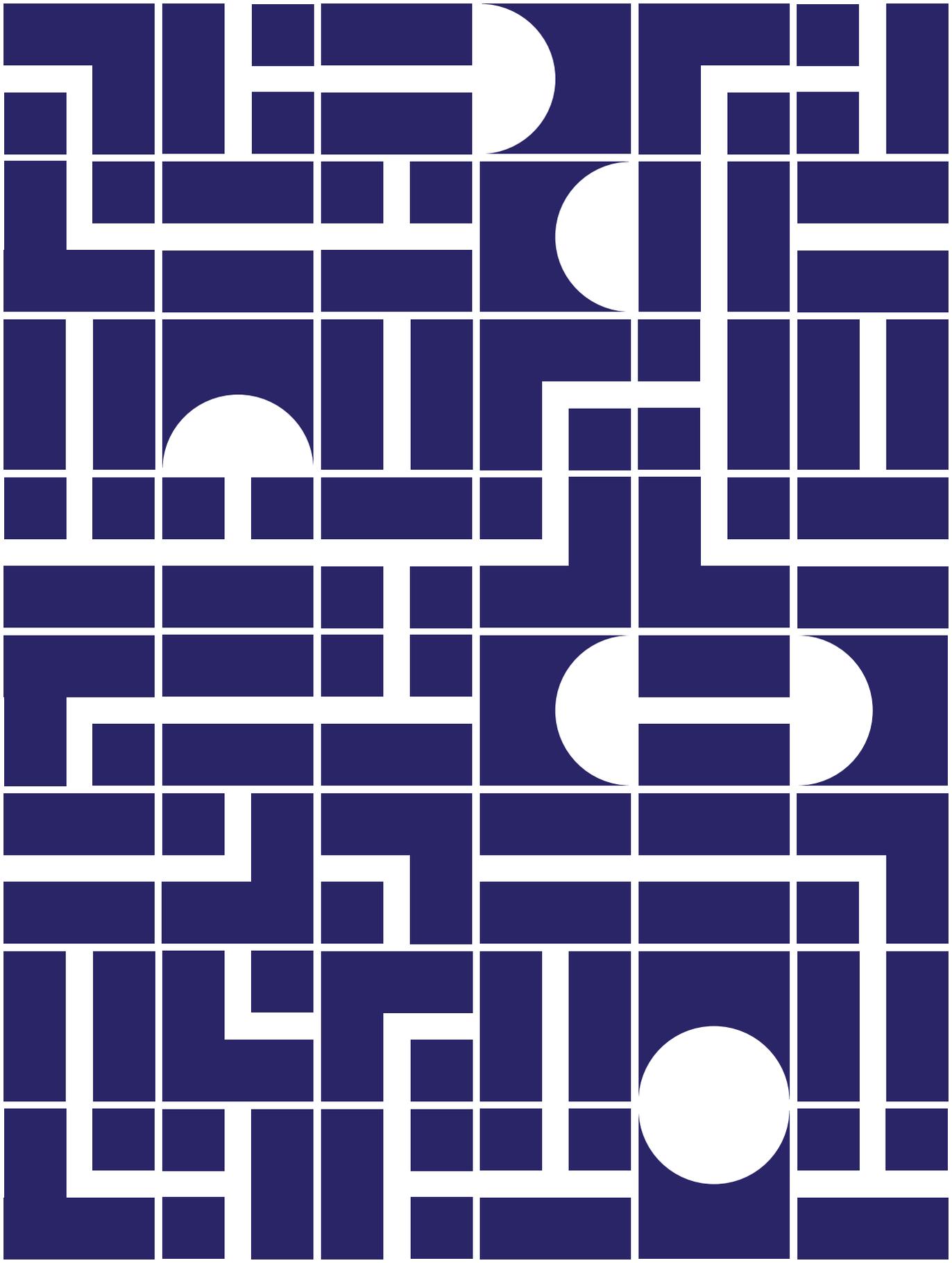
E este ponto cego que se forma entre arquitetura e planejamento no decorrer da década de 1960 é significativo, porque a divergência entre esses campos não parecia, no começo da década, tão necessária ou evidente. Num primeiro momento, o arquiteto pareceu ser a figura profissional mais adequada ao imaginário planejador, aquele que propunha uma vinculação estrutural entre a tradição

cultural da modernidade e a práxis transformadora da modernização. Por isso (como exemplificam o caso de Wilhelm e centenas de outros na geração seguinte), os mais variados escritórios de planejamento governamental se encheram naqueles anos de jovens arquitetos que no curso dessa experiência se tornaram sociólogos, antropólogos, demógrafos, geógrafos, economistas territoriais etc., como atores centrais do processo contemporâneo de formação das ciências sociais em toda a América Latina (e ainda não foi feita essa história do “derrame” dos arquitetos para as ciências sociais, nem foi ponderado seu impacto). O arquiteto, transformado em planejador e funcionário público, num primeiro momento não encontra contradição com a alta cultura arquitetônica, a cujas expressões mais atualizadas ele reserva um papel ativo na solução formal de peças singulares em pontos predeterminados do plano. Mas os princípios básicos da mentalidade planificadora (a especialização contra a generalização da formação humanista, e as equipes interdisciplinares contra a figura do artista demiurgo) vão afastá-lo progressivamente da arquitetura *in toto*.

Esta é a nova impossibilidade de Brasília, evidenciada com clareza à medida que o pensamento planificador se sofisticou tecnicamente e se radicalizou ideologicamente desde o final dos anos 1960 e ao longo dos 1970 (um processo combinado, embora de formas não necessariamente harmônicas, como se vê na convivência, nos sumários das revistas especializadas do período, entre textos de economia espacial de base neoclássica e textos de proclamada fé marxista ou dependentista). Assim, Brasília fica completamente fora de agenda, entre a planificação científica e... a favela, esse grande tópico dos anos 1960-70 em toda a América Latina, outro dos efeitos da radicalização do pensamento urbano que volta a ampliar e deslocar o campo possível de temas da arquitetura (e os papéis possíveis do arquiteto), como aposta pela crua realidade das cidades latino-americanas ante a ingenuidade (ou o cinismo) do urbanismo modernista e do autoritarismo da planificação estatal.

CODA: OUTRAS BRASÍLIAS

É notório que a década de 1980 significou uma completa virada de página nas representações de Brasília que, especialmente dentro do Brasil, começaram a se diversificar e multiplicar, e eu gostaria, numa rápida coda, de assinalar algumas de suas modalidades mais expressivas. Se é evidente que essa diversificação responde a uma soma de causas, no âmbito de uma mudança geral de conjuntura (revisão dos debates sobre o modernismo, entrada das perspectivas culturais de análise urbana, formação de um campo de estudos históricos), também o é que a coincidência entre o 25º aniversário da fundação de Brasília e o final do regime militar funcionou como um núcleo desencadeador de sentidos. Em um número de *Arquitetura e Urbanismo* de 1985, Benamy Turkienicz plasmou isso na sugestiva imagem da reconquistada



32. B. Turkienicz, “O espaço do autoritarismo ou...”, *AU* n^o 2, São Paulo, abril de 1985, p. 71.

33. B. Turkienicz e C. E. Comas, “Brasília. Historia y análisis (1957 hasta la actualidad)”, in *Arquitectura panamericana* n^o 1, FPA, Santiago do Chile, dezembro de 1992, p. 118.

34. Ver, por exemplo, o livro organizado por A. Paviani, *Brasília em questão. Espaço urbano, ideologia e realidade*, Projeto/ CNPQ, 1985, no qual a lista de argumentos críticos convive com novas perspectivas antropológico-culturais que serão mencionadas mais adiante.

35. J. Holston, *The Modernist City. An Anthropological Critique of Brasília*, Chicago: The University of Chicago Press, 1989; R. Segre e R. López Rangel, *Ambiente y sociedad en América Latina contemporánea*, Havana: Casa de las Américas, 1986. Também não falta a imaginação mais delirante na hora de continuar “abominando” Brasília: em *The Seduction of Place. The City in the Twenty-first Century* (Nova York: Pantheon, 2000, p. 180), Joseph Rykwert afirma que “a presença criminoso” em Brasília foi a origem do modelo das *gated communities* que depois se estendeu ao Rio de Janeiro e São Paulo e, mais tarde, à América do Norte.

democrática da capital: a multidão avançando em 15 de março pela Esplanada dos Ministérios em direção ao Congresso – segundo a televisão mostrou a todo o país –, ocupando festivamente as rampas e as cúpulas, havia posto em evidência que aquela cidade, “caracterizada pejorativamente como monumentalista” e autoritária, podia assumir agora um novo conteúdo, popular e lúdico.³²

A diversificação não significou, certamente, que as perspectivas já consolidadas deixaram a cena: ainda em 1992, numa atualização da agenda arquitetônica e urbanística de Brasília, o mesmo Turkienicz, com Carlos Eduardo Comas, viu-se na necessidade de alertar contra o “hábito” de “abominar Brasília” (e, na verdade, seu próprio balanço, muito equilibrado, mostra entretanto quão arraigada ainda estava a visão da nova capital como “ilustração exemplar” da “Carta de Atenas”).³³ Continuaram, é claro, as análises centradas na segregação espacial, como se vê no registro sistemático que Aldo Paviani e outros geógrafos e urbanistas da Universidade de Brasília desenvolveram; e, mais em geral, a visão crítica do racionalismo autoritário do plano e a alienação de um urbanismo afim com o regime ditatorial.³⁴ Como em toda época de mudança, é notória a mistura de enfoques inovadores e tradicionais: James Holston aplica um sério esforço antropológico a uma tarefa já tão insignificante como a de “revelar” que o grande “projeto oculto” por trás dos discursos poéticos de Lúcio Costa eram a utopia dos CIAM e o construtivismo soviético, e a partir disso se dedica a uma refutação ideológica tipicamente pós-moderna (historicista e populista) que celebra a vida urbana tradicional ou marginal; por sua vez, Roberto Segre e Rafael López Rangel utilizam o vocabulário da crítica sociológica como insumo para um julgamento sumário de um réu que se declarara culpado de antemão: a arquitetura moderna como símbolo do capitalismo num país subdesenvolvido.³⁵

Mas a característica principal da década é a abertura para novas perspectivas de abordagem, e para notar isso convém retornar àquele número de *AU*, já que oferece uma amostra abrangente das diversas chaves que começavam a desdobrar-se. A revista combinou a redescoberta de Brasília como centro político efetivo da nova República – obtido na luta pelas eleições diretas – e os novos olhares à cidade que provinham do duplo efeito da passagem do tempo: já havia uma geração

36. “Por uma nova cidade”, *AU* nº 2, São Paulo, abril de 1985.

37. C. Malta, “Repensando a estrutura urbana”; M. Santos, “A ideologia da ocupação”, *AU* nº 2, op. cit.
 38. Para dar só alguns exemplos, no livro já citado de A. Paviani, *Brasília em questão*, aparecem capítulos sobre as imagens de Brasília (M. E. Kohlsdorf) e as representações do espaço urbano (L. Zanotta Machado). Em 1980, Gustavo Lins Ribeiro havia realizado sua dissertação de mestrado na UnB com entrevistas dos candangos (publicada como *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*, Editora UnB, 2000); e pouco depois Themis Quezado Magalhães apresentava a sua, *Brasília, mitos e vivências* (UnB, 1985). Já citamos o livro de Duarte da Silva, *A construção de Brasília*, sobre uma dissertação na Universidade Federal de Goiânia. Em relação aos estudos sobre arquitetura, cito apenas dois: a tese de doutorado de Antonio Carlos Carpintero, *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998* (FAU-USP, 1998), que, além de um estudo minucioso sobre a implantação geográfica do plano piloto, traz hipóteses originais sobre as relações com a indústria automotora; e a dissertação de mestrado de Jefferson Tavares, *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional* (EESC-USP, 2004), que reuniu pela primeira vez todos os projetos apresentados no concurso. Também é muito interessante o estudo sobre as superquadras feito por uma equipe dirigida por Fares El-Dahdah: *Lúcio Costa: Brasília's Superquadra*, Cambridge: Harvard Prestel, 2004.

propriamente brasiliense que experimentava a cidade de modos não previstos pelos discursos da crítica, e também uma nova distância histórica ante os debates tradicionais da arquitetura e do urbanismo (e, nesse sentido, é exemplar a revisão autocrítica do artigo de Joaquim Guedes).³⁶

Esquemáticamente, poderíamos reconhecer duas linhas sobre as quais os diversos artigos adiantam seus pontos de vista: uma que busca captar a “cidade viva”, desde seus papéis efetivos como polo de desenvolvimento regional e sua dinâmica urbana até os fenômenos culturais de religiosidade popular ou a épica da fronteira que marcou seus primeiros habitantes; outra que busca um balanço de seus êxitos e insucessos urbanísticos e sociológicos através de um levantamento amplo da tradição crítica – e, se Candido Malta demonstra que já é possível articular uma avaliação exultante dos efeitos espaciais e políticos do plano com uma objeção radical à sua “falseada” estrutura regional, Milton Santos dá o melhor exemplo de que um questionamento pungente da segregação espacial (como marca do dualismo do subdesenvolvimento) e da ação do Estado na reestruturação do capitalismo brasileiro pode conviver com o reconhecimento da importância fundamental de Brasília em termos tanto simbólicos (a afirmação de uma modernidade nacional) quanto materiais (as efetivas transformações do espaço brasileiro que ela produziu).³⁷ Por último, a revista deixa evidente que se estava às portas de uma nova etapa na relação com os “mestres”, Costa e Niemeyer, no mesmo momento em que a arquitetura moderna brasileira deixava de ser um assunto polêmico para começar a ser vista como objeto de estudo para uma história da arquitetura e da cultura.

É que já no início da década haviam surgido novos enfoques antropológico-culturais que ampliavam o nível de perguntas possíveis (imaginário, discurso e apropriação social), sem dúvida originados na convivência reflexiva com a cidade estimulada pela Universidade de Brasília, seguidos nos anos 1990 por estudos com perspectivas filosófico-culturais e pela própria consolidação da historiografia da arquitetura e do urbanismo, traduzida até o dia de hoje em pilhas de teses acadêmicas que exploram os mais diversos aspectos da nova capital.³⁸

Mas, como se antecipou no início, nos últimos tempos essas análises críticas e históricas, de nível diferente mas de seriedade e competência acadêmicas, começaram a

confundir-se com uma nova onda de representações autocomplacentes de Brasília, mais ainda do que as que saíam da usina da revista *Módulo*, porque nesse caso estava-se tomando partido numa batalha política e cultural, enquanto agora é pura e simples fascinação por um passado moderno que se reveste de *glamour* retrospectivo. Talvez isso venha a revelar-se uma atitude passageira, vinculada aos aniversários de Niemeyer e de Brasília e à cultura do turismo arquitetônico que impera nas últimas décadas. Mas, em todo caso, convém assinalar que ela se apoia em transformações mais duradouras da cultura globalizada que misturam várias questões, das quais, num simples passar de olhos, podem-se enumerar: a nova visibilidade do Brasil como potência emergente e o novo impulso que a figura de Lula deu à mística desenvolvimentista; o novo lugar do modernismo canônico como item de coleção, com a conseqüente museificação da arquitetura moderna em todo o mundo (e a respectiva avaliação de Niemeyer como o último sobrevivente de uma espécie extinta); e o novo lugar da arquitetura em relação à cidade, que volta a destacar em Brasília, agora positivamente, o fato de ela ter sido o produto exclusivo da cultura arquitetônica. Este último aspecto é muito interessante, porque repõe o interesse por Brasília num contexto completamente diferente, no qual os arquitetos se tornaram “marcas” protagonistas no relançamento cultural e econômico das cidades no mercado global (Bilbao é o exemplo sempre citado), e inclusive recuperaram a vontade (e o poder) de projetar cidades inteiras (como mostra a atividade de Norman Foster ou Rem Koolhaas nos Emirados Árabes), ao mesmo tempo que se renuncia explicitamente à mínima atividade de planejamento nas grandes metrópoles porque se assume (cinicamente) ter entrado numa dimensão incontrolável da vida urbana.

Do ponto de vista desse novo contexto, pode-se pensar em Brasília, com seu precursor faro simbólico, como o primeiro exemplo mundial de uma arquitetura urbana “de marca”? Como se vê, são perguntas que poderiam desencadear novas direções para a reflexão: o bom da história é que cada presente demanda uma nova seleção sobre o passado e, em especial, obriga-nos periodicamente a reorganizar o vasto universo das fontes, dos comentários e das representações, para fundamentar a cada vez uma nova compreensão.